

SA

ATA Nº 003 – 2017/2021 – ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DA PÓVOA DE VARZIM, BEIRIZ E ARGIVAI, DE 27 DE MARÇO DE 2018. -----

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu na Delegação Norte da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia da Póvoa de Varzim, em sessão extraordinária, presidida pela Presidente, Sandra Maria Araújo de Amorim, e secretariada por Maria Alice Pereira Ribeiro Monteiro e Joaquim Oliveira Carvalho. Verificadas as presenças, constatou-se estarem presentes dezanove membros referidos na folha de presenças, que constará como anexo n.º 1 a esta ata, fazendo parte integrante da mesma. -----

Estiveram presentes à sessão o Sr. Presidente da União das Freguesias e todos os elementos do executivo, à exceção de Amadeu Matias da Silva, ausente por motivos de saúde. Secretariou a sessão a Assistente Técnica, Marilde Marisa Moreira Marques Moita da Silva, funcionária designada para lavrar as atas das reuniões da Assembleia de Freguesia. -----

1 – LEITURA DO EDITAL DA ORDEM DE TRABALHOS -----

A Ordem de Trabalhos da Convocatória foi a seguinte: -----

1º - Eleição de vogal para a Junta de Freguesia-----

2º- Regimento da Assembleia de Freguesia – Apreciação e votação de projeto de regimento e de propostas apresentadas. -----

3º- Apreciação do relatório de conclusões factuais (Procedimentos acordados) do período compreendido entre 01-01-2017 e 31-10-2017. -----

4º - Apreciação e votação de moção apresentada pelo Bloco de Esquerda – “Processo extraordinário de regularização de todos os vínculos precários na União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai”. -----

5º - Apreciação e votação do voto de saudação “08 de março – Dia Internacional dos Direitos das Mulheres” apresentado pelo Bloco de Esquerda. -----

A Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo Amorim, deu início à sessão, cumprimentando e dando as boas vindas aos presentes. Informou que a convocatória foi efetuada nos termos da lei e deu a palavra a Joaquim Oliveira Carvalho que leu o edital da convocatória. -----

1º - Eleição de vogal para a Junta de Freguesia-----

Aos 27 dias do mês de março de dois mil e dezoito, na delegação Norte da União das Freguesias, onde se encontrava Sandra Maria Araújo de Amorim, Presidente da Assembleia de União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai e tendo IGOR ALBERTO BRANDÃO CUSTÓDIO DA SILVA OLIVEIRA, renunciado ao cargo que ocupava no Executivo, passou a ocupar o lugar que lhe era devido na Assembleia de Freguesia, tendo saído o último colocado, Hamilton Manuel Lopes Ribeiro. -----

Passou-se de seguida ao Ato de substituição de 2 elementos da Assembleia da União das Freguesias 2017/2021. -----

Estando na posse da Presidente da Assembleia, constarão como anexos a esta ata, os pedidos de substituição por suspensão de mandato, por motivos pessoais de: -----

IGOR ALBERTO BRANDÃO CUSTÓDIO DA SILVA OLIVEIRA -----

NUNO MIGUEL BASTARDO ROLDÃO -----

Foram chamados os elementos que os vão substituir, para recompor a Assembleia da União das Freguesias, tendo já sido verificada a identidade e legitimidade dos substitutos.



Estando a Assembleia de Freguesia completa, e estando em falta um elemento no Executivo, foram solicitadas propostas a apresentar. -----

O Presidente do Executivo da União das Freguesias propõe: -----
Lista A - Estevão Marcos dos Santos Lima Guerra Liberal -----

E porque mais ninguém apresentou lista: -----

Foram entregues os boletins de voto e passou-se à votação secreta, por lista. -

Votou primeiro a Presidente da Assembleia de freguesia e de seguida os restantes eleitos, chamados por ordem da sua eleição. -----

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS
DA PÓVOA DE VARZIM, BEIRIZ E ARGIVAI
2017/2021

PSD

SANDRA MARIA ARAÚJO DE AMORIM
MARIA ALICE PEREIRA RIBEIRO MONTEIRO
JOAQUIM OLIVEIRA CARVALHO
CARLA ISABEL MARQUES PINHEIRO LOUREIRO
ESTEVÃO MARCOS DOS SANTOS LIMA GUERRA LIBERAL
VÍTOR FERNANDO DE OLIVEIRA E SILVA
MARIA DE FATIMA TORRES ALVES
RENATA PINTO DE SOUSA DA COSTA LEITE
HAMILTON MANUEL LOPES RIBEIRO
MARIA TERESA COSTA E SILVA DE SOUSA CRUZ

PS

ILDA MARIA FLORES CADILHE COELHO
JOSÉ MANUEL ARAÚJO NOGUEIRA
JOHNNY ROBERTO DE SOUSA E SILVA
JOANA VIEIRA DA SILVA
CARLOS ALBERTO DA SILVA FRASCO

CDS

FRANCISCO JOSÉ MAIO RIBEIRO
LARA LÚCIA DINIS DA CUNHA ROCHA

BE

ABEL ANTÓNIO RIBEIRO ALVES DE SOUSA

CDU

MÁRIO JORGE RODRIGUES MATEUS

Após contagem de votos, verificou-se que: -----

São 11 votos a favor -----

São 08 votos em branco -----

Foi eleito o novo elemento do Executivo, que passou a ocupar o lugar na lateral e o Executivo da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, passou a ter a seguinte constituição: -----

JOSÉ RICARDO DOS SANTOS BAPTISTA DA SILVA
AMADEU DE SÁ MATIAS DA SILVA
AUGUSTO DE CASTRO MOREIRA
OLINDINA DE JESUS PEREIRA NOVO
MANUEL DA SILVA VIANA
BRUNO EMANUEL OLIVEIRA NOVO
ESTEVÃO MARCOS DOS SANTOS LIMA GUERRA LIBERAL

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS
DA PÓVOA DE VARZIM, BEIRIZ E ARGIVAÍ
2017/2021

PSD

SANDRA MARIA ARAÚJO DE AMORIM
MARIA ALICE PEREIRA RIBEIRO MONTEIRO
JOAQUIM OLIVEIRA CARVALHO
CARLA ISABEL MARQUES PINHEIRO LOUREIRO
VÍTOR FERNANDO DE OLIVEIRA E SILVA
MARIA DE FATIMA TORRES ALVES
RENATA PINTO DE SOUSA DA COSTA LEITE
HAMILTON MANUEL LOPES RIBEIRO
MARIA TERESA COSTA E SILVA DE SOUSA CRUZ
ANDRÉ JOAQUIM DOS SANTOS MORIM

PS

ILDA MARIA FLORES CADILHE COELHO
JOSÉ MANUEL ARAÚJO NOGUEIRA
JOHNNY ROBERTO DE SOUSA E SILVA
JOANA VIEIRA DA SILVA
CARLOS ALBERTO DA SILVA FRASCO

CDS

FRANCISCO JOSÉ MAIO RIBEIRO
LARA LÚCIA DINIS DA CUNHA ROCHA

BE

ABEL ANTÓNIO RIBEIRO ALVES DE SOUSA

CDU

MÁRIO JORGE RODRIGUES MATEUS

Para que a ata da instalação e tomada de posse possa ter efeitos imediatos, a Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim, solicitou a sua aprovação em minuta. -----

votos contra 0
abstenções 0
votos a favor 19

Foi aprovada a ata em minuta, por unanimidade, produzindo efeitos imediatos. Documentos referentes a este ponto, constarão como anexos nºs 2, 3, 4 e 5, fazendo parte integrante da ata. -----

2.º - Regimento da Assembleia de Freguesia – Apreciação e votação de projeto de regimento e de propostas apresentadas. -----

A Presidente da Assembleia colocou em votação o Regimento da Assembleia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, documento resultante de reuniões efetuadas com todos os líderes de bancadas e o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

De seguida, e uma vez que foram apresentadas propostas de alteração ao Regimento pelo BE, colocou em aceitação a 1.ª proposta, que foi aceite com 13 votos a favor e 6 abstenções. Colocada a votação, foi reprovada por maioria, com 10 votos contra, 7 abstenções e 2 a favor. -----

Colocada em aceitação a 2.ª proposta do BE, foi aceite por unanimidade. Passando a votação, foi reprovada por maioria, com 10 votos contra, 7 abstenções e 2 a favor. -----

De seguida, passou-se à aceitação da proposta do PS, com alterações diversas a serem votadas por itens e foi aceite por unanimidade, passando-se à apresentação dos diversos pontos. -----

Ilda Maria Flores Cadilhe Coelho, do PS, apresentou cumprimentos, agradeceu o convite para a comemoração do dia de Argivai e deu os parabéns pela cerimónia. Agradeceu também o convite para o envolvimento de todos os partidos na preparação do Regimento. Afirmou ser o Regimento um documento importante em que todos se baseiam e que foi com satisfação que verificou o reconhecimento do trabalho que efetuaram. Na última reunião que tiveram foi dito que da proposta que apresentaram apenas diferiam nos artigos referentes a gravações áudio e vídeo, mas após análise cuidada, verificaram que não era bem assim, pois existiram diversas alterações, no seu entender, mais do que seriam necessárias, pelo que aprovaram o projeto do regimento, mas querem apresentar algumas propostas de alteração. Pede a alteração indicada no ponto 1 da proposta - art.º 1.º n.º 2; no ponto 5 - art.º 20.º, n.º 2, alínea c; e no ponto 6 - art.º 22.º, alterações exclusivamente relacionadas com a redação do texto, pelo que solicita a votação destes 3 pontos em conjunto. -----

Colocado a votação, foram aprovadas as alterações por unanimidade, e a sua intervenção, constará como anexo n.º 8, fazendo parte integrante da ata. -----

José Manuel Araújo Nogueira, do PS, apresentou cumprimentos e disse que pretende ver alterado o ponto 2 - art.º 10.º, n.º 3, pois a própria alínea compara os membros da Assembleia de Freguesia aos funcionários públicos e os membros da assembleia têm estatuto próprio. -----

Colocado a votação, foi reprovada a alteração por maioria, com 10 votos contra e 9 a favor. -----

No seguimento do uso da palavra, José Manuel Araújo Nogueira, do PS, propôs a alteração do ponto 3, com a criação de um novo artigo, a seguir ao artigo 14.º, para referir todas as possibilidades de substituição dos membros da assembleia. Colocado a votação, foi reprovada a alteração por maioria, com 10 votos contra e 9 a favor. -----

A sua intervenção constará como anexo n.º 9, fazendo parte integrante da ata. –

Johnny Roberto de Sousa e Silva, do PS, apresentou cumprimentos e propôs alteração prevista no ponto 4 - art.º 16.º, com a reordenação do artigo conforme proposta inicial do PS, porque não consideram adequado que na mesma alínea

se coloque moção, recomendação, proposta e requerimento e porque entendem que o artigo em causa é omissivo em direitos previstos pela lei, pretendendo a alteração para cumprir o que está definido na lei. -----

Colocado a votação, foi reprovada a alteração por maioria, com 10 votos contra e 9 a favor. -----

A sua intervenção constará como anexo n.º 10, fazendo parte integrante da ata. Joana Vieira da Silva, do PS, apresentou cumprimentos e propôs a alteração do ponto 7 – art.º 41.º, n.º 6, solicitando que a inscrição para uso da palavra pelo público seja no fim dos trabalhos da ordem do dia. -----

Colocado a votação, foi aprovado por maioria com 18 votos a favor e 1 abstenção. -----

A sua intervenção constará como anexo n.º 11, fazendo parte integrante da ata. Carlos Alberto da Silva Frasco, do PS, cumprimentou os presentes e propôs a alteração descrita no ponto 8 - com a criação de dois artigos a seguir ao art.º 54.º, sendo o 1.º artigo referente à introdução do registo áudio das sessões da assembleia de freguesia, lembrando que a assembleia de freguesia da Póvoa de Varzim, foi a primeira do concelho e uma das primeiras do país, há 17 anos, a gravar as assembleias em registo áudio e porque acham que é imprescindível este registo para o bom funcionamento da assembleia no que diz respeito à transparência e à verdade factual. -----

Colocado a votação, foi aprovada a alteração por unanimidade. -----

A sua intervenção constará como anexo n.º 12, fazendo parte integrante da ata. No seguimento do uso da palavra, propôs a introdução de um 2.º artigo referente ao registo vídeo das sessões da assembleia de freguesia e disse que as assembleias deveriam ser gravadas em suporte vídeo e transmitidas em direto por uma página da Junta de Freguesia, nomeadamente o Facebook. Disse ser uma situação que não traria qualquer custo e seria fator de aproximação com os cidadãos, pois nem todos podem assistir às sessões e ficariam felizes pela sua visualização. -----

Colocado a votação, foi reprovado por maioria com 10 votos contra e 9 votos a favor. -----

A sua intervenção constará como anexo n.º 13, fazendo parte integrante da ata. A presidente da Assembleia, Sandra Amorim, agradeceu todas as propostas e comunicou que recebeu, no início desta assembleia, uma nova proposta da CDU, da qual nem todos têm conhecimento e colocou a mesma em aceitação. -----

A proposta foi recusada por maioria. Numa primeira votação, foram 9 votos contra, 9 votos a favor e 1 abstenção, tendo a Presidente da Assembleia usado o voto de qualidade, sendo contra a aceitação da proposta, pois foi entregue no início dos trabalhos e não houve tempo ou condições para ser analisada pelos presentes. -----

Mário Jorge Rodrigues Mateus, da CDU, apresentou cumprimentos a todos os presentes e disse que embora a proposta não tenha sido aceite, recomenda à Presidente da Assembleia a revisão de alguns lapsos de redação e pormenores. A proposta apresentada pela CDU constará como anexo n.º 14, fazendo parte integrante da ata. -----

3.º - Apreciação do relatório de conclusões factuais (Procedimentos acordados) do período compreendido entre 01-01-2017 e 31-10-2017. -----

A Presidente da Assembleia deu a palavra aos deputados, por ordem de inscrição. -----

Johnny Roberto de Sousa e Silva, do PS, disse que o relatório menciona que existem 2 funcionários em situação estranha em termos de conformidade legal e que se deve analisar o assunto o mais breve possível e que perante os factos entendem que a legalidade dos contratos é muito duvidosa ou nula, mas também sabem que situações menos claras, foram herdadas com a agregação das freguesias, mas eram um facto quando o atual tesoureiro da União das Freguesias era presidente da junta de Argivai e vogal do anterior executivo. Disse ainda que o Presidente da Junta depositou recentemente a confiança do cargo de Tesoureiro à pessoa responsável por alguns procedimentos e atos postos em causa neste relatório, pelo que exigem que esclareça situações que consideram graves e que continuam a existir. -----

A sua intervenção constará como anexo n.º 15, fazendo parte integrante da ata. Disse ainda que o relatório menciona um contrato de prestação de serviços de limpeza e manutenção celebrado com uma pessoa, cujo prestador é diferente. Sabem que são situações herdadas, mas que no atual executivo existem duas pessoas do executivo anterior e com responsabilidades neste caso concreto e que presidente do executivo deve saber da situação desde que tomou posse, mas manteve a situação até à data, sendo também o presidente e o executivo atual, responsáveis por esta situação que omitiram deliberadamente aos membros da assembleia, pelo que perguntam se houver um acidente de trabalho ou em consequência de um acidente de trabalho se lesarem terceiros, de quem será a responsabilidade, pelo que exigem que se legalize imediatamente esta situação. -----

A sua intervenção constará como anexo n.º 16, fazendo parte integrante da ata. Abel António Ribeiro A. de Sousa, do BE, apresentou cumprimentos e disse que, através da primeira ata deste executivo, constatou a recusa do presidente e tesoureiro do executivo anterior de assinar a declaração de responsabilidade e encerramento das contas do seu mandato e a entrega por funcionário de recibos e dinheiro que estava em sua posse e vê hoje que existiam bons motivos para a recusa de assinaturas. Disse que agora se verificam que os recibos não são mais que simples apontamentos e que dos recebimentos não eram passados recibos, nem as quantias recebidas eram de imediato depositadas nas contas da União das Freguesias. Além de procedimentos ilegais, não há controle sobre a cobrança, pelo que as contas serão de duvidosa veracidade. Disse que a auditoria revela uma bagunça organizada, pois nada tem controlo, mas nada é deixado ao acaso e que para se tornar difícil o escrutínio não existe mapa de registo e controlo de execução orçamental, revelando o relatório desrespeito absoluto e ilegalidades várias que se passaram no anterior mandato do qual faziam parte membros do atual executivo, pelo que é preciso avaliar se esses elementos têm idoneidade e se merecem confiança dos fregueses, pois a nossa resposta é categórica, devem-se demitir ou ser demitidos. Ao fim de seis meses de mandato, com três após a entrega da auditoria gostava de saber que atitude teve o presidente e que consequências retirou das conclusões, pois após demissão do tesoureiro com quem se incompatibilizou e em vez de implementar controlos internos e cumprir a lei, chamou uma raposa para o galinheiro na pessoa do atual tesoureiro. Disse que o presidente fez a sua escolha e escolheu estar à frente de um grupo de malfeitores, chefiando-os e continuando com os mesmos procedimentos fraudulentos do executivo anterior, pelo que não tem mais condições para exercer funções, não pode continuar a enxovalhar a

democracia, o respeito e a confiança, pelo que termina dizendo "Demitam-se. Ontem já era tarde". -----

A sua intervenção constará como anexo n.º 17, fazendo parte integrante da ata. José Manuel Araújo Nogueira, do PS, disse que o relatório constatou discrepâncias em que o orçamentado apresentado prevê receitas correntes inferiores às despesas correntes, não cumprindo o princípio do equilíbrio orçamental e que confirma também a falta de rigor nos valores dos diversos caixas, que a emissão de recibos da Feira das Moninhas era feita manualmente, sendo apenas emitidos quando pagos na totalidade. Pergunta se as situações já foram corrigidas e se os prevaricadores foram informados dos procedimentos mais rigorosos nas situações detetadas. -----

A sua intervenção constará como anexo n.º 18, fazendo parte integrante da ata. Joana Vieira da Silva, do PS, disse que já em ocasiões anteriores constatou e interveio, porque o Inventário estava incorreto e que a questão reside na falta de valorização dos bens, pelo que o relatório vem reforçar a posição do Partido Socialista e pergunta se no início deste processo já tinha sido detetada a falha, porque não foi apresentado um inventário completo, digno de ser apresentado e analisado. -----

A sua intervenção constará como anexo n.º 19, fazendo parte integrante da ata. Mário Jorge Rodrigues Mateus, da CDU, apresentou cumprimentos a todos os presentes e disse que os mais de trinta factos apurados pela auditoria configuram um conjunto de situações de grande gravidade e perante este documento manifesta perplexidade e diz que só é possível esconder da oposição e de todos os poveiros esta realidade porque por detrás está uma política do quero, posso e mando na Póvoa de Varzim, que não se esgota na União das Freguesias e que importa agora discutir o que fazer e que em sua opinião é necessário e urgente corrigir procedimentos e práticas e regular situações e reverter privilégios e mordomias e apurar se alguma situação tem carácter criminal, pelo que deveria ser pedido parecer jurídico e se for caso, dar andamento junto ao ministério publico. -----

A sua intervenção constará como anexo n.º 20, fazendo parte integrante da ata. Lara Lúcia Dinis C. Rocha, do CDS-PP, cumprimentou os presentes e disse que a empresa escolhida para a auditoria é idónea, isenta e não suscita dúvidas. Concluiu que auditoria foi versada em 10 meses quando deveria haver foco nos últimos 4 anos, no mandato anterior completo. Foi herança do executivo anterior, mas existem eleitos neste executivo que já estiveram no anterior e há responsabilidade deste executivo, pois até ao momento, nada fez para alterar o que não estava correto, pelo que constata que existem irregularidades jurídicas do anterior e do atual executivo. -----

Carlos Alberto da Silva Frasco, do PS, disse querer chamar a atenção para a apresentação do relatório que não cumpre as suas formalidades, pois deveria ser acompanhado da ata do executivo com a sua apreciação e que depois de uma análise exaustiva, o relatório também levanta questões sobre o funcionamento do executivo e assembleia, sob o ponto de vista legal e político. O relatório chama a atenção para a forma ligeira como são aprovadas as propostas, mas o modelo continua o mesmo, mas isto só acontece porque a maioria PSD na assembleia, abdicou de exercer fiscalização sobre a atividade da junta, e todos devem ser muito mais exigentes no cumprimento da lei e seus procedimentos. Afirmou que quem pediu a auditoria foi o Presidente da Junta, pelo que não cabe a mais ninguém condenar ou não os membros do executivo

anterior, mas cabe ao Presidente da Junta informar esta assembleia como classifica a gestão do executivo anterior, pois se anunciou publicamente que encontrou nas contas indícios graves e pediu uma clarificação pública e transparente, tendo já as conclusões, terá que dar uma justificação a esta assembleia, sem esquecer que a demissão do Tesoureiro está mal explicada e a seguir dá essa responsabilidade a um elemento do anterior executivo e que é visado neste relatório. Disse também que da leitura das atas do mandato anterior se verifica que 98% das propostas foram aprovadas pelo Sr. Augusto Moreira e 99% pelo Sr. Amadeu Matias, pelo que estes senhores de tarde faziam campanha ao lado do atual presidente e à noite aprovavam tudo com o anterior, o que é inaceitável e vai contra todas as boas práticas da gestão autárquica, e disse que não compreende que tendo conhecimento de tudo isto e criticado estes comportamentos, tenha pedido uma auditoria que custou 12 000,00 euros à junta e se pediu a auditoria agora tem de ter coragem de assumir as consequências políticas, pois de contrário, passará a responsabilidade para a assembleia, que é obrigada a tomar uma posição. -----

A sua intervenção constará como anexo n.º 21, fazendo parte integrante da ata. Ilda Maria Flores Cadilhe Coelho, do PS, disse que está surpreendida pois estava a pensar chegar aqui e receber um esclarecimento do Sr. Presidente da Junta. Disse que foram convocados para uma reunião informal, onde o Sr. Presidente partilhou a sua preocupação e considerou que a situação da junta era débil, que haviam indícios preocupantes e que pretendia solicitar uma auditoria, atitude que admirou, sabendo que poderiam surgir consequências para o executivo e o partido que o presidente do executivo representa. Constata que o relatório data de 8 de janeiro e só é disponibilizado a 20 de março e indaga quais as razões para que este relatório só fosse partilhado mais de dois meses depois e acha estranho que entre estas datas se demita o Tesoureiro. Diz que embora tenha conhecimento dos valores da auditoria, a identificação da empresa, o valor contratualizado e a opção para adjudicação não constam em nenhuma ata do executivo, o que revela impreparação, para não dizer falta de transparência. Diz ainda que as despesas com a auditoria não estavam previstas e foram assumidas numa altura em que os subsídios solicitados estavam suspensos, por indisponibilidade financeira e que ao contrário do anunciado, não se tratou de auditoria, mas sim de análise às contas, processos e procedimentos do anterior executivo e não ao anterior mandato, mas só de 1 de janeiro a 31 de outubro de 2017. Disse que a saída do tesoureiro no anterior mandato, merece leitura cuidada, após nova saída de tesoureiro e que este relatório deve ser levado muito a sério, pois identifica situações de legalidade duvidosa e com recomendações de correção, e requer que o Presidente justifique a despesa feita e limpe a imagem deste executivo, pelo que para retirar dúvidas e fechar o assunto, nada mais correto que solicitar o parecer a uma entidade imparcial, pelo que pergunta ao Presidente do Executivo e à Presidente da Assembleia que seguimento darão a este relatório. -----

A sua intervenção constará como anexo nº 22, fazendo parte integrante da ata. A Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim, deu a palavra ao Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai. ----- José Ricardo Santos Baptista da Silva, Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse estar disponível para explicar a cada um, presencialmente ou por escrito, qualquer dúvida que tenham. Acrescentou que a auditoria podia ter sido pedida

por qualquer um dos elementos presentes, mas que ninguém o fez e foi ele que a pediu com a unanimidade de todos os elementos do executivo, mas não reclama para si nenhum feito histórico por ter solicitado a referida auditoria e se o fez é porque foi opositor ao anterior mandato e queria estabelecer um ponto de partida e um ponto zero das contas, corrigindo os erros que eventualmente existissem e fazendo com que não se repitam. Quanto à entrega do relatório esclareceu que recebeu uma minuta em janeiro e só agora recebeu o relatório. Disse ainda que desde que teve conhecimento da minuta, começou a afinar procedimentos, que está a tentar legalizar os precários e a resolver com todos os funcionários problemas pontuais. Esclareceu que entregou o relatório a um serviço jurídico para análise e que está a contratar uma empresa especializada para assumir a contabilidade e a preparar um caminho mais limpo para a União das Freguesias. -----

A Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção do Presidente e a intervenção de todos e disse que a resposta do Presidente foi esclarecedora. --- Ilda Maria Flores Cadilhe Coelho, do PS, pediu a palavra e disse que o relatório revelou a existência de irregularidades graves e procedimentos fraudulentos, passando por despesas sem enquadramento legal e que cada um terá a sua opinião, pelo que se torna imperioso obter uma conclusão imparcial, fazendo cumprir a competência da Assembleia de salvaguardar e defender os interesses públicos, pelo que propõe que a Sr.ª Presidente da Assembleia remeta o Relatório de Conclusões Factuais para o Ministério Público. -----

A Presidente da Assembleia colocou a proposta em aceitação e a mesma foi reprovada com 10 votos contra e 9 votos a favor. -----

A proposta constará como anexo 23 e fará parte integrante da ata. -----

O Presidente do Executivo esclareceu mais uma vez que enviou a proposta a um gabinete jurídico para análise e questionado respondeu que mantém a confiança política no seu executivo e tornou a lembrar que qualquer um podia ter pedido a auditoria, mas foi ele, presidente do executivo que o fez e com a unanimidade do seu executivo, Voltou a esclarecer que é sua obrigação enviar o documento de conclusões factuais para o Ministério Público, bem como para o Tribunal da Contas, facto que já tinha sido há muito decidido e que será imediatamente executado após ter dado conhecimento a esta assembleia como é também sua obrigação. -----

Mais uma vez, a Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim, esclareceu que foram dadas todas as respostas necessárias e questionada sobre a sua posição, disse fazer suas as palavras do presidente do executivo e aguardar a decisão da análise jurídica do documento. -----

4.º - Apreciação e votação de moção apresentada pelo Bloco de Esquerda – “Processo extraordinário de regularização de todos os vínculos precários na União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai”. -----

A Presidente da Assembleia deu a palavra, por ordem de inscrição. -----

Johnny Roberto de Sousa e Silva, do PS, disse que a credibilização da política se faz no dia a dia, através de políticas de emprego que garantem emprego digno com contrato sem termo e não o inverso. Referiu a proposta de abertura de procedimento concursal apresentada no anterior mandato e que o atual presidente do executivo votou contra na qualidade de membro da assembleia, dizendo que, por isso, hoje o atual presidente é também responsável por situações menos claras no quadro de pessoal da junta de freguesia que se espelham agora nas conclusões factuais do relatório de auditoria que

comprovam funcionários sem enquadramento legal e casos que não passam de falsos recibos verdes. Terminou dizendo que os membros do partido socialista exigem a regularização do quadro de pessoal urgente e porque concordam com o princípio da moção, votarão a favor da mesma. -----

A sua intervenção constará como anexo n.º 24, fazendo parte integrante da ata. Abel António Ribeiro A. de Sousa, do BE, no uso da palavra, fez a apresentação da Moção que constará como anexo 25 e fará parte integrante da ata e disse que a precarização dos vínculos laborais tem sido uma marca na degradação das relações laborais, não só no sector privado mas também no Estado e multiplicam-se os vínculos laborais não permanentes e incertos como falsos recibos verdes, estágios, trabalho temporário através de empresas e programas ocupacionais como os contratos emprego inserção, o que também se verifica na nossa União de Freguesias. Disse que com a auditoria foram informados do numero de funcionários e de casos incompreensíveis e ilegais que é necessário corrigir e de vários casos de prestação de serviços, que deveriam ser integrados num vínculo laboral correto, pois supõe-se que constituem necessidades permanentes, além de funcionários com contrato emprego inserção, que estão constantemente a ser substituídos. Se o trabalho que todas estas pessoas fazem corresponde a necessidades reais para o funcionamento da autarquia, então todos devem ser integrados, pelo que apresentam a moção onde prevê uma fase para apresentação de requerimentos pelos interessados, e onde se diz que deve definir-se uma Comissão Paritária e o processo deve ter o limite máximo de 2 meses para análise e abertura dos procedimentos concursais e até à conclusão do processo de regularização, se trave qualquer despedimento de trabalhadores em situação de precaridade. -----

A sua intervenção constará como anexo n.º 26, fazendo parte integrante da ata. A Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim, colocou a Moção do BE em votação e a mesma foi reprovada com 10 votos contra, 2 abstenções e 7 votos a favor. -----

Renata Pinto de Sousa Costa Leite, do PSD, pediu a palavra e explicou que a bancada do PSD votou contra esta Moção, porque entendem que não faz sentido, quando já foi comunicado em anterior assembleia e na assembleia de hoje pelo Presidente do Executivo, que estão a tratar da regularização de todos os vínculos precários. -----

A sua intervenção constará como anexo n.º 27, fazendo parte integrante da ata. Ilda Maria Flores Cadilhe Coelho, do PS, no uso da palavra disse que cada um tem direito ao seu voto, mas que neste caso, não entende o voto contra. -----

A Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim, deu a palavra ao Presidente do Executivo, que informou, de novo, que estava a tratar da regularização dos precários e de todos os casos referentes a funcionários, mas que o processo demora, porque é preciso aferir quantos são, quanto custa, se a União das Freguesias tem ou não condições de assumir e pagar. E que não entende, como dizem que existe muita despesa com pessoal e a seguir vêm dizer para admitir mais pessoas. Esclareceu ainda que é responsabilidade do Executivo avaliar e decidir quem são os precários necessários e imprescindíveis à União das Freguesias, pois tem de usar todos os meios, avaliar a situação caso a caso, e mais importante, saber se a União das Freguesias tem condições financeiras para os assumir. Disse ainda que a Junta não inventou os programas ocupacionais e explicou que a Junta tem de se candidatar, ser avaliada e pode ou não o programa ocupacional ser atribuído se o IEFP verificar que se trata de

trabalho precário e que está a tentar resolver ponderadamente, a ver as possibilidades, a analisar e depois o Executivo irá tomar a decisão que entender correta. -----

Ilda Maria Flores Cadilhe Coelho, do PS, pediu para esclarecer que nunca disseram para não se pagar ao pessoal nem que as despesas são elevadas, mas sim que as suas intervenções na Assembleia de 28 de dezembro foram feitas em tom de provocação ao Sr. Presidente, visto que no passado e enquanto membro da Assembleia, havia ele mesmo dito que as despesas de pessoal eram elevadas, estando agora a mantê-las. -----

5.º - Apreciação e votação do voto de saudação "08 de março – Dia Internacional dos Direitos das Mulheres" apresentado pelo Bloco de Esquerda. -----

O voto de Saudação constará como anexo 28 e fará parte integrante da ata. ----

A Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim, deu a palavra aos deputados, por ordem de inscrição. -----

Abel António Ribeiro A. de Sousa, do BE, iniciou a intervenção citando versos de Manuel Freire, para continuar dizendo ser inacreditável a Junta ter transformado num dia de maquilhagem, aquele em que se devia mostrar e lembrar todas as mulheres que lutaram e morreram pela sua emancipação, disse que a iniciativa da junta é insultuosa e impõe estereótipos do que é ser mulher. Terminou dizendo que o dia da mulher "não quer florzinhas, descontinhos e coraçõezinhos, que é uma faltinha de respeito e querem é igualdade de direitos". -----

A sua intervenção, constará como anexo n.º 29, fazendo parte integrante da ata.

Mário Jorge Rodrigues Mateus, da CDU, no uso da palavra, disse que o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora é sinónimo de luta pela emancipação das mulheres e que deveria ser comemorado reivindicando uma verdadeira política de igualdade, pois em pleno sec. XXI ainda permanecem discriminações e desigualdade. Disse lamentar que a Junta de Freguesia se associasse a este dia com a realização de sessões de formação de maquilhagem e saúdam este dia, valorizando todas as manifestações que juntam homens e mulheres que desde 1968 lutam pela emancipação da mulher e pela igualdade de género, e afirma que a CDU e o PCP se mostram solidários com todas as preocupações, anseios e reivindicações das Mulheres, nomeadamente das Mulheres Poveiras. -----

A sua intervenção constará como anexo n.º 30, fazendo parte integrante da ata.

Renata Pinto de Sousa Costa Leite, do PSD, no uso da palavra disse que o PSD defende, tal como o Bloco de Esquerda e todos os presentes, a sensibilização quanto à resistência e luta pela garantia de igualdade de direitos entre homens e mulheres, pelo que nesse sentido, aprovarão o voto de saudação, com a condição de ser retirado o ponto 2, visto que consideram ser uma lista de todos e não apenas de organizações e movimentos feministas. -----

A sua intervenção constará como anexo n.º 31, fazendo parte integrante da ata.

Joana Vieira da Silva, do PS, disse que o Dia Internacional da Mulher é, sem dúvida, dos dias mais simbólicos que representa ainda a luta pela igualdade de género, e que nos dias de hoje, homens e mulheres, por cargos semelhantes não têm os mesmos direitos e o reconhecimento pede-se por mérito, pede-se que exista promoção pela igualdade efetiva entre homens e mulheres e mais que "meras iniciativas de maquilhagem", que nada trazem de dignificante ao Dia da Mulher. Deve-se promover a participação pública das mulheres e lutar para uma sociedade atenta aos abusos e que não só a nível profissional, mas também familiar, as responsabilidades sejam partilhadas. Lembrou que em Portugal no

A

Ensino Superior já existe igualdade do numero de estudantes do sexo feminino e masculino e afirma que, por concordarem com os princípios presentes no Voto de Saudação, irão votar a favor. -----

A sua intervenção constará como anexo n.º 32, fazendo parte integrante da ata. A Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim, perguntou a Abel António Ribeiro A. de Sousa, do BE, se mantinha o Voto de Saudação na íntegra ou se retirava o ponto 2, conforme sugestão do PSD, e Abel Sousa confirmou que era para ser votado na sua versão original. -----

A Presidente da Assembleia colocou o Voto de Saudação em Votação e foi reprovado com 10 abstenções e 9 votos a favor. -----

A Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo Amorim, agradeceu a presença de todos, as intervenções efetuadas, os esclarecimentos prestados pelo Presidente do Executivo e a forma correta como decorreu a Assembleia. Aproveitou para agradecer a presença de todos nas comemorações do Dia de Argivai e elogiou a bonita cerimónia que o Executivo organizou. -----

Mário Jorge Rodrigues Mateus, da CDU, pediu para intervir, elogiou também a cerimónia, mas pediu que, numa próxima vez, se procure um maior espaço, pois ficaram muitas pessoas do lado de fora da Capela. -----

José Ricardo Santos Baptista da Silva, Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, esclareceu que a cerimónia foi feita naquele local porque a igreja não tem ainda os santos e assim se deu a conhecer o espaço e as obras realizadas, pois estando a capela consagrada, não poderão lá ser realizados eventos deste tipo. E considerou que realmente a cerimónia alongou-se mais que o previsto, o que só a engrandeceu e o espaço foi muito pequeno e que em posteriores realizações tentará arranjar um local maior. ---

Nada mais havendo a tratar, Sandra Maria Araújo Amorim, Presidente da Assembleia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, desejou a continuação de uma boa noite e deu por encerrada a reunião às vinte e três horas e vinte e cinco minutos. -----

De tudo para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, e por mim, Marilde Marisa Silva, que a redigi. -----

A Presidente Sandra Maria Araújo Amorim

A Funcionária Marilde Marisa Silva